



OROFINO, F.; COUTINHO, S.; RODRIGUES, S. (Org.): **CEBs e os desafios do mundo contemporâneo**. São Paulo, Paulus: 2012. 237p. ISBN: 978-85-349-3486-2.

Pedro Assis Ribeiro de Oliveira*

Embora tenham sido dadas como espécie em extinção, as comunidades eclesiais de base – CEBs – continuam ativas e sua existência provoca não poucos debates. O livro em apreço resulta de quatro seminários promovidos por *Iser-Assessoria* e a *Comissão para o Laicato* da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – em 2011, para a formação da nova geração de assessores e assessoras de CEBs, como indica o pequeno texto da **parte IV**. Essa contextualização é essencial para bem apreciarmos o valor da obra, uma vez que esta não é uma obra de erudição acadêmica e sim um livro que retrata o conhecimento elaborado a partir da reflexão sobre as práticas em curso nas próprias CEBs. Seu fio condutor é o fato de que muitas pessoas hoje dispostas a ajudar na formação de lideranças das comunidades pouco conhecem de sua história. Recuperar a memória – antiga e recente – para bem entender a realidade atual, é o propósito desse trabalho que é de grande utilidade a quem quer conhecer a realidade atual das CEBs em nosso país.

Resenha recebida em 25 de maio de 2013 e aprovada em 27 de maio de 2013.

* Doutor em Sociologia (UCL, 1979). Professor no Mestrado em Ciências da Religião da PUC-Minas e Consultor de ISER-Assessoria. País de origem: Brasil. E-mail: pedror.oliveira@uol.com.br

Ao terminar a leitura do livro redigi estes breves comentários em forma de resenha, mas de fato trata-se antes de uma reflexão pessoal provocada pela leitura do que propriamente uma apresentação do livro e seu conteúdo.

A **parte I** faz a memória teológica e histórica das CEBs, desde sua inspiração nos documentos do Concílio Ecumênico de 1962-65 e sua primeira formulação no Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB (1965) até os encontros inteleclesiais e o Documento de Aparecida. Ao traçar as grandes linhas de sua trajetória, os autores (J. Oscar Beozzo, Daniel Higinio Menezes, Alfredo Gonçalves e Josenildo Lima) buscaram os elementos mais relevantes para o enfrentamento dos problemas atuais. Destaca-se aí a questão da **eclesialidade** das CEBs: são elas “*um novo jeito de ser Igreja*” – como bem definiu a CNBB em documento de 1982 – ou um dentre outros movimentos católicos? Essa questão é hoje crucial numa Igreja católica que ao se reclericalizar relegou seus leigos e leigas a posições subalternas.

Essa questão pode ser abordada a partir da comparação dos parágrafos referentes às CEBs nas duas versões do Documento de Aparecida, de 2008: o texto aprovado na sessão plenária ao final da Conferência e o texto oficial vindo de Roma. Fica claro que o texto original se refere às CEBs a partir da experiência latino-americana e caribenha, enquanto a versão oficial fala delas em teoria como uma possível forma de congregar os católicos sob a direção dos ministros ordenados. É como se a rica história das CEBs em nossa América não merecesse o reconhecimento teológico da Santa Sé, para a qual só vale o modelo canônico da paróquia sob a autoridade do padre nomeado pelo bispo. Essa questão teológica está longe de ser mero debate sobre a forma mais adequada da Igreja católica nos diversos contextos em que ela se realiza historicamente. Ela tem em seu interior o debate sobre a própria missão da Igreja no mundo contemporâneo.

Esse ponto é bem ilustrado pela análise das inovações sócio-políticas correspondentes às CEBs, feita na **parte III** do livro. Ivo Lesbaupin, Roberto

Malvezzi, Lúcia Ribeiro, Sílvia R. A. Fernandes e Fernando Altmeyer tratam questões muito atuais – como as antigas e novas formas de luta social na região semi-árida do Nordeste, as candentes questões de gênero, pluralismo religioso e a nova configuração urbana – dentro do quadro maior da conjuntura socioeconômica mundial. Deixo, porém, de comentar aqui essa parte porque demandaria muito espaço e quero dedicá-lo à questão da **identidade eclesial** das CEBs.

Quando a Igreja toma as CEBs como seu eixo organizador, seus membros são incentivados a assumir posições políticas em favor de classes ou grupos injustiçados ou socialmente oprimidos, e a buscar mudanças estruturais na economia e na sociedade. Quando, de outro lado, o eixo organizador da Igreja assenta-se na paróquia, seus agentes ocupam-se prioritariamente em trazer mais pessoas para as celebrações. Dito de outra forma, as CEBs propiciam ações pastorais para empoderar grupos sociais subalternos e por isso incomodam os detentores do poder. Já os agentes de pastoral da paróquia só focam a ação na sociedade quando se trata de combater a descriminalização do aborto, o casamento homoafetivo ou outras propostas que ameacem o modelo católico de família. Por isso convém explicitar o transfundo sócio-político do debate eclesiológico, já que raramente ele vem à tona.

Feita a observação, quero comentar a abordagem feita no livro ao problema eclesiológico hoje em debate: paróquia como “comunidade de comunidades” seria o mesmo que paróquia “de CEBs”?

Qualquer observador atento percebe que não poucas autoridades eclesiais prefeririam ver as CEBs extintas e substituídas por “pequenas comunidades” constituídas a partir de uma afinidade religiosa. Sua diversidade favorece a adesão dos mais diferentes grupos sociais, cada qual com um interesse religioso particular. Desde que não interfira nas atividades de outros grupos nem contrarie a autoridade do pároco ou vigário, a “pequena comunidade” encaixa-se facilmente na estrutura paroquial. A resiliência da paróquia reside justamente em

sua capacidade de possibilitar a convivência pacífica de diferentes grupos, cada qual voltado para um interesse religioso específico: pode ser a oração carismática, a devoção mariana, a adoração do Santíssimo, a visita aos enfermos, a assistência aos pobres, a recuperação de usuários de drogas... mas podem ser também CEBs, pastorais de juventude, operária ou de mulheres. Se cada grupo limitar-se a fazer seu apostolado sem interferir nos demais nem querer dar a linha pastoral à paróquia, esta, como um coração de mãe, acolhe a todos. Em contraste a esse relativismo pastoral da paróquia, as CEBs têm um projeto pastoral para a Igreja e o mundo, e por isso constituem um *novo jeito de ser Igreja*.

Na **parte II** Sérgio R. Coutinho, Solange S. Rodrigues e Mercedes Budallés refletem sobre essa proposta pastoral das CEBs, tendo como pano de fundo a expressão hoje corrente de “pequenas comunidades”. Essa expressão englobaria as CEBs, as “novas comunidades” oriundas de movimentos carismáticos, as antigas capelas e os variados grupos que se constituem no interior da Igreja. Esse conjunto de “comunidades” formaria a paróquia como “comunidade de comunidades”. À primeira vista essa novidade pode parecer apenas formal, mas a análise atenta revela uma estratégia que desqualifica as CEBs como *novo jeito de ser Igreja* e que propicia sua absorção pelo modelo eclesiológico advindo do concílio de Trento. No plano estrutural, trata-se de optar entre dois modelos de Igreja: o que é baseado na separação entre ministros ordenados e os leigos e leigas, e o de uma Igreja toda ministerial e missionária em diálogo com o mundo. Porque a CEB é a base eclesial desse modelo de Igreja advindo do Vaticano II – tanto quanto a paróquia o é para o modelo tridentino – há uma tensão estrutural entre CEB e Paróquia: se a CEB é base, a Paróquia é apenas uma instância facilitadora de serviços (litúrgicos, catequéticos, administrativos, de articulação e outros); mas se a base é a Paróquia, a CEB nada mais é do que uma subdivisão interna, como são as antigas capelas. Em outras palavras, reduzir a CEB a uma “pequena comunidade” entre outras, é condição necessária para sua inserção na institucionalidade estabelecida pelo direito canônico e na qual ela não é mais do que uma das muitas unidades facilitadoras da pastoral paroquial.

Aqui, em meu entender, reside o principal ponto de tensão entre a eclesiologia das CEBs e a eclesiologia orientadora do direito canônico – instrumento por excelência de controle hierárquico. A tomar-se como orientação o espírito *pastoral* do Concílio Vaticano II, as CEBs têm pela frente um amplo campo de ação, a partir de suas bases leigas – animadoras e animadores de comunidades – em comunhão com seus pastores. Já a orientação canônica parte da autoridade eclesiástica local – bispo e pároco – independentemente de eles estarem ou não em comunhão com as bases leigas.

Nos casos – e felizmente eles são muitos – de bispos e párocos que abrem mão da autoridade que o direito canônico lhes confere para basearem sua autoridade na relação de comunhão, as CEBs se desenvolvem e se firmam. Não quero com isso dizer que não encontrem dificuldades pastorais, mas estas são externas à estrutura eclesiástica. Mas nos casos em que o direito canônico é a norma, as CEBs só conseguem existir na medida em que abrem espaço nos interstícios possibilitados por ele. Um exemplo é a celebração dominical sem missa. Para que muitas pessoas não fiquem sem cumprir o preceito dominical, é usual a celebração dominical com duas partes: a da Palavra e a da Eucaristia. É claro que não se trata da celebração da missa, que requer a presidência do sacerdote devido a seu caráter sacrificial – como bem lembra o *Missal Romano*. Aparentemente, porém, para a grande maioria de quem participa, essa celebração dominical equivale à celebração da missa: tanto numa quanto noutra os e as fiéis, ao comungarem, recebem o mesmo Cristo que se faz presente na hóstia anteriormente consagrada pelo sacerdote. Essa ambivalência na interpretação do significado da liturgia dominical possibilita a existência a muitas CEBs em dioceses e paróquias onde elas não têm o apoio da autoridade eclesiástica local.

Concluindo, lembro que estas são considerações feitas a partir da leitura dialogante do livro – que certamente dará ensejo a muitas outras leituras, algumas bem diferentes desta – e não um resumo das teses ali defendidas. Nesses tempos de novo pontificado em Roma, há a esperança de (invertendo a clássica expressão de

J. B. Libanio) um “retorno à grande abertura” operada pelo Concílio Ecumênico de 1962-65. Neste caso, o *novo jeito de ser Igreja*, ensaiado pelas CEBs na primavera eclesial que se seguiu àquele grande evento, poderá enfim desabrochar e dar frutos para o mundo – porque nosso País está precisando muito de quem leve a sério a evangélica opção preferencial pelos pobres aplicada à economia, à política e à cultura.